



“O ESPANHOL DELES É FALSIFICADO”: REFLEXÕES SOBRE A VARIÇÃO LINGUÍSTICA NO ENSINO DE ESPANHOL

Juliana de Sá França (UNIOESTE)¹
julianadesa@gmail.com

RESUMO: “No Paraguai eles não sabem falar espanhol, professora. O espanhol dos paraguaios é falsificado.” A frase poderia ser cena de filme de comédia na televisão, mas apresenta-se como parte de diálogos recorrentes entre alunos iniciantes de língua espanhola e professores. Cientes da variação linguística, mas ainda inconscientes sobre o próprio preconceito linguístico, aprendizes de espanhol como língua estrangeira (E/LE) almejam tornar-se proficientes no “espanhol de Cervantes”, aquele falado na Espanha. O espanhol falado nos países latino-americanos é diminuído, considerado ilegítimo. Diante dessa realidade, opta-se por, neste artigo, debruçar-se sobre o ensino de espanhol atrelado à questão da variação linguística. O que dizem os documentos norteadores do ensino de línguas estrangeiras sobre o tema? Que espanhol deve ser ensinado aos alunos? Para responder essas questões, as considerações partem de pesquisadores como Moreno Fernández (2007), Bagno (2007) e Alckmin (2010).

PALAVRAS-CHAVE: variação linguística; espanhol; ensino.

RESUMEN: “En Paraguay la gente no sabe hablar español, profesora. El español de los paraguayos es falsificado.” La frase podría ser escena de película de comedia en la televisión, pero, a menudo, se presenta en las charlas entre alumnos principiantes de lengua española y profesores. Conscientes de la variación lingüística, pero inconscientes del propio prejuicio lingüístico, aprendices de español como lengua extranjera (E/LE) desean aprender el “español de Cervantes”, aquel que se habla en España. El español de Latinoamérica es disminuido, considerado ilegítimo. Así, en este texto, se discute la enseñanza de español a partir de la variación lingüística. ¿Qué dicen los documentos que orientan la enseñanza de lenguas extranjeras acerca del tema? ¿Qué español se debe enseñar? Para contestar las preguntas, se presentan reflexiones basadas en Moreno Fernández (2007), Bagno (2007) y Alckmin (2010).

PALABRAS CLAVE: variación lingüística, español, enseñanza.

1. Introdução

A criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), envolvendo comercialmente Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai na década de 90 e, posteriormente, a promulgação da Lei 11.161 sobre a obrigatoriedade do ensino de Espanhol, em 2005, propiciaram o

¹ Doutoranda em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (campus Cascavel). Mestre e licenciada em Letras Português/Espanhol pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (campus Cascavel). Bacharel em Comunicação Social, com ênfase em Jornalismo pela Universidade Paranaense (Unipar). Professora do curso de Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (campus Marechal C. Rondon). E-mail: julianadesa@gmail.com



boom da Língua Espanhola em terras brasileiras. A partir da imposição legal, empreendeu-se uma verdadeira corrida para capacitação de professores, adequação de currículos e materiais para o ensino de espanhol.

Ocorre que esta, segundo Moreno Fernández (2007), é a língua oficial de 21 países que, juntos, somam mais de 400 milhões de habitantes. Diante de tantas localidades e pessoas com culturas e identidades próprias, é natural que a língua não possa ser caracterizada como homogênea, “[...] las distancias, la geografía y la historia explican el porqué facilmente.” (MORENO FERNÁNDEZ, 2007, p.36.)

Em termos gerais, a língua espanhola falada no mundo divide-se em dois grandes blocos: espanhol da Espanha (chamado de *standard*) e Espanhol da América (incluindo todos os países pertencentes da América Latina que possuem a língua como oficial). Assim, o mundo hispanofalante não é homogêneo e, portanto, é preciso reconhecer a existência de áreas geoletais. Dentro da grande divisão apontada, é possível subdividir a primeira em outras três zonas linguísticas; e a segunda em, pelo menos, cinco áreas que se assemelham quanto aos traços fonéticos, fonológicos, sintáticos, lexicais e semânticos da língua.

Diante de um cenário linguístico tão heterogêneo, é natural que surjam indagações sobre que variedade seria mais adequada ensinar em aulas de espanhol como língua estrangeira.

Sea como fuere, en todas estas circunstancias acaba apareciendo una cuestión que preocupa a muchos, atormenta a más de uno y provoca no pocos intercâmbios de opiniones y juicios de valor entre los profesores de español: ¿qué español hay que enseñar? ¿qué modelo lingüístico conviene seguir? (MORENO FERNÁNDEZ, 2007, p.9)

Este artigo pretende refletir sobre os questionamentos feitos por Moreno Fernández (2007) e que são inquietações de professores de espanhol e aprendizes. Para tanto, abre-se uma seção em que se traça um panorama sobre a variação linguística e, na sequência, observa-se como o tema é tratado pelos documentos oficiais que norteiam o ensino de línguas estrangeiras no Brasil.



2. Considerações sobre variação linguística

A relação língua e sociedade, segundo Alckmin (2010, p.25), reconhecida, mas nem sempre assumida como determinante, encontra-se diretamente ligada à determinação dos objetos dos estudos da linguagem, isto é, “embora se admita que a relação linguagem-sociedade seja evidente por si só, é possível privilegiar uma determinada óptica, e esta decisão repercute na visão que se tem do fenômeno linguístico, de sua natureza e caracterização”. Para a autora, a Linguística do século XX excluiu o caráter social, histórico e cultural em suas interpretações do fenômeno linguístico.

A publicação do Curso de Linguística Geral, em 1916, por Saussure representou um marco para consolidação da Linguística como ciência. A dicotomia *langue* e *parole*, privilegiando o estudo da primeira em detrimento da segunda, marcava o caráter estrutural e formal dos estudos empreendidos à época. Conforme aponta Alckmin (2010), é interessante observar que Saussure considera a língua como um produto social da faculdade da linguagem, adquirido pelo homem em seu convívio social, mas não considera a variável social em suas análises.

Na década de 1960, com o surgimento dos estudos gerativistas, comandados por Chomsky, entra em cena a figura do falante, - até então não abordado pela corrente estruturalista -, contudo tem-se como objeto de estudo a competência linguística de um falante-ouvinte ideal, que pertence a uma comunidade linguística homogênea. Os diferentes modos de falar eram tidos como evidências das falhas dos indivíduos ao usar a língua.

Contrariando tais concepções, alguns pesquisadores tentam articular a linguagem com aspectos de ordem social e cultural. A Sociolinguística se estabelece, então, em 1964, a partir de um congresso organizado por William Bright. Conforme Alckmin (2010, p. 33), “[...] o rótulo “sociolinguística” [...] reuniu e agregou, no seu início, pesquisadores marcados pela formação acadêmica em diferentes campos do saber e



marcados também pela preocupação com as implicações teóricas e práticas do fenômeno linguístico [...]”.

A nova área entende a variação como característica inerente ao sistema linguístico e não um erro de uso cometido por seus usuários. O objeto de estudo passa a ser, então, a diversidade linguística. Essa mudança de foco nos estudos da linguagem evidencia a interdependência entre língua e sociedade, uma vez que estudar uma língua implica considerar a sociedade em que ela é falada.

Surgiram, assim, pesquisas que possuíam como centro de interesse a realidade diversificada linguística e culturalmente de diferentes regiões. Observam-se estudos antes não empreendidos, como aqueles voltados para as minorias linguísticas ou para o insucesso escolar de crianças oriundas de grupos menos favorecidos.

Conforme Mattos e Silva (2004), a Sociolinguística se funda basicamente em sua conceituação de língua como sistema intrinsecamente heterogêneo, no qual se entrecruzam e são correlacionáveis fatores intra e extralinguísticos, ou seja, elementos estruturais e sociais (como classe, sexo, idade, etnia, escolaridade, estilo). Assim, o principal objetivo da Sociolinguística consiste, portanto, em relacionar dois tipos de heterogeneidade: a linguística e a social.

Para Bagno (2007), o conceito de variação linguística é a espinha dorsal deste campo do saber.

A grande mudança introduzida pela Sociolinguística foi a concepção de língua como um “substantivo coletivo”: debaixo do guarda-chuva chamado língua, no singular, se abrigam diversos conjuntos de realizações possíveis dos recursos expressivos que estão à disposição dos falantes. (BAGNO, 2007, p.39)

O ponto de partida para os estudos da variação é a comunidade linguística, ou seja, o conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham normas com respeito aos usos linguísticos. Assim, por exemplo, é possível falar em comunidade linguística dos habitantes da Patagônia Argentina ou dos moradores do Vale Sagrado do Peru ou, ainda, dos tangueros da zona portenha de Buenos Aires. A observação de

qualquer comunidade linguística leva, inevitavelmente a uma constatação: a existência da variação.

A variação linguística pode ser percebida em todos os níveis da língua (fonético-fonológico, morfológico, sintático, semântico, lexical e estilístico-pragmático) e é condicionada por diferentes variáveis, como a origem geográfica, a idade e o grau de escolarização. De modo geral, a variação costuma ser classificada da seguinte forma:

- variação diatópica: é aquela que se verifica na comparação entre os modos de falar de lugares diferentes [...].
- variação diastrática: é a que se verifica na comparação entre os modos de falar das diferentes classes sociais [...].
- variação diamésica: é a que se verifica na comparação entre a língua falada e a língua escrita [...].
- variação diafásica: [...] é o uso diferenciado que cada indivíduo faz da língua de acordo com o grau de monitoramento que ele confere ao seu compartimento verbal.
- variação diacrônica: é a que se verifica na comparação entre diferentes etapas da história de uma língua. (BAGNO, 2007, p. 46-47)

Considerando as discussões em torno do ensino de espanhol - alvo das reflexões deste artigo - pode-se dizer que se concentram, sobretudo, a partir das variedades advindas da variação diatópica, uma vez que há uma polarização sobre ensinar as variedades peninsulares - muitas vezes, tratadas no singular, como se na Espanha não houvesse qualquer tipo de variação linguística - ou as variedades latino-americanas - aplicando a ressalva anterior também a este contexto.

A maioria das pesquisas empreendidas sobre a variedade do espanhol que os alunos gostariam que o professor ministrasse aponta a peninsular como primeira opção. O estudo feito por Irala (2004) em região de fronteira entre Uruguai e Rio Grande do Sul exemplifica a questão, como se observa abaixo.

- 1) Espanhol da Espanha, porque é uma língua melhor de ser trabalhada com o aluno.
- 2) Prefiro o Espanhol da Espanha. Acho mais claro e muito mais bonito.
- 3) Da Espanha, porque é mais clássico.



4) Prefiro o Espanhol da Espanha, porque é o mais puro, pois é a língua mãe. O Espanhol da América já teve muitas influências de outros povos e costumes.

5) Da Espanha, porque além de ter aprendido assim, penso que é mais sonoro. (IRALA, 2004, p. 109-110)

Qualificações como “melhor”, “mais claro”, “mais puro” são preocupantes e revelam as crenças negativas dos alunos acerca das variedades não peninsulares da língua espanhola. Além da visão distorcida dos alunos, Irala (2004, p.106) indica que “muitos professores, inclusive falantes nativos latino-americanos, renunciam suas variantes maternas alegando a necessidade de haver uma língua padrão, que está identificada com o castelhano peninsular.” Ora, como se sabe nem dentro da própria Espanha há uma padronização da língua, vide a influência histórica de outras línguas, como o árabe, e a existência de outras três línguas nacionais. Para Irala (2004), as crenças linguísticas evidenciada tanto na fala de alunos quanto na atitude de professores, não privilegia as reais possibilidades de contato com as variedades dos países vizinhos ao Brasil.

Sobre a polarização espanhol da Espanha X Espanhol da América, Moreno Fernández (2007, p.36) afirma que “lo que importa es señalar que en ambos continentes se nos muestran una riqueza y una variedad internas evidentes, aunque no alcance, ni mucho menos, el nivel de divergencia de otras lenguas.” Ou seja, não há sentido em estabelecer uma hierarquia entre as variedades do espanhol – ou de qualquer idioma – visto que a variedade se estabelece a partir da estrutura sociopolítica de cada localidade.

Como já mencionado, a Sociolinguística entende a variação linguística como fenômeno intrínseco e inerente à língua. Conforme Alckmin (2010), negar esta realidade e crer em uma suposta homogeneidade linguística pode culminar em intolerância e preconceito linguístico. A estudiosa aponta para a ordenação valorativa das variedades, fruto do reflexo da hierarquia dos grupos sociais.

[...] em todas as comunidades existem variedades que são consideradas superiores e outras inferiores. Em outras palavras, como afirma Gnerre, “uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da



autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais.” Constata-se, de modo muito evidente, a existência de *variedades de prestígio* e de *variedades não prestigiadas* nas sociedades em geral. (ALCKMIN, 2010, p.42)

A variação linguística, na perspectiva da estudiosa, sempre estará, portanto, atrelada à avaliação social, ou seja, o uso da língua será sempre submetido a análises que não se relacionam, especificamente, a características linguísticas, mas sim aos juízos de valor atribuídos a quem faz uso da palavra.

Segundo Bagno (2007), são poucos os títulos que abordam especificamente a questão da variação linguística e, menos ainda, os materiais didáticos que contemplem sua prática em sala de aula. Considerando que o mercado editorial sobre o ensino de Espanhol no Brasil é fortemente marcado pela presença de editoras espanholas, o tema adquire contornos ainda mais preocupantes. Neste sentido, cabe observar quais são as orientações dos documentos oficiais do ensino de línguas estrangeiras acerca da variação linguística.

3. O que dizem os documentos oficiais sobre a variação linguística

O ensino de línguas estrangeiras no Brasil é norteado por documentos oficiais, tanto em âmbito nacional como em esferas estaduais. Como a lei 11.161 torna obrigatória a oferta de Língua Espanhola no Ensino Médio, pretende-se lançar olhar sobre as orientações acerca do tratamento à variação linguística do espanhol presente nas Orientações Curriculares Nacionais para o ensino médio (2006) – OCN - e nas Diretrizes Curriculares Estaduais do Paraná (2006) – DCE.

As OCN (2006) figuram como o único documento que traz um capítulo específico sobre uma língua estrangeira, no caso, o espanhol. O documento pretende que, por meio da língua espanhola, os aprendizes sejam capazes de fazer uma leitura de mundo em que o sujeito reconheça e respeite as variantes linguísticas e culturais da língua e reflitam sobre o que é internacional e suas (inter) relações com o ‘nacional’, de



forma a tornar (mais) conscientes as noções de cidadania, de identidade, de plurilinguismo e de multiculturalismo.

Em uma seção específica, denominada “O que fazer com a heterogeneidade do Espanhol?”, as OCN (2006) enfatiza a necessidade de substituir o discurso hegemônico por um que privilegie a pluralidade linguística.

Nesse contexto, certamente a questão “Que Espanhol ensinar?” deve ser substituída por uma outra: como ensinar o Espanhol, essa língua tão plural, tão heterogênea, sem sacrificar as suas diferenças nem reduzi-las a puras amostragens sem qualquer reflexão maior a seu respeito? (BRASIL, 2006, p.134)

O documento contextualiza a questão apontando para o relevo que se dá à variedade peninsular tanto por alunos como por professores, que justificam o emprego de tal variedade devido a um suposto caráter “neutro”. Contrapondo essa postura, as OCN (2006, p.134) argumentam que “é preciso que a escola atue no sentido de evitar dicotomias simplificadoras e reducionistas e que permita a exposição dos estudantes à variedade sem estimular a reprodução de preconceitos.”

Pondera-se aqui que os docentes não possuem conhecimento sobre todas as variedades da língua espanhola, contudo é importante que apresentem a seus alunos as mais comuns ou aquelas com as quais se pode ter contato mais facilmente, como nas zonas de fronteira, e incentivar os aprendizes a buscar informações sobre as variedades da língua.

As OCN (2006) não oferecem sugestões de atividades que contemplem a variação linguística, mas apoiam-se em Bugel (2000) para instigar a reflexão ao professor a partir do questionamento sobre como tratar o fenômeno de forma mais adequada:

Evidentemente, esta propuesta de pensar el español y su enseñanza a partir de un modelo pluricéntrico obliga a repensar también la cuestión de los materiales didácticos y la dinámica actual de la disciplina, que hoy parece moverse en una sola dirección - desde el “centro” peninsular hacia la “periferia” mundial. Probablemente, optar por un ejercicio más realista, en términos sociolingüísticos, sea menos difícil de lo que parece y sin duda será mucho más



enriquecedor porque nos permitirá poner en práctica, cabalmente, todas las posibilidades de nuestra lengua. (BUGEL, 2000). (BRASIL, 2006, p. 135, grifos do autor)

A citação não só permite reflexão sobre as práticas docentes, como revela as dificuldades enfrentadas no ensino de língua espanhola, especialmente no que diz respeito ao material didático. Como já mencionado neste texto, os livros didáticos disponíveis no Brasil procedem, em sua maioria, da Espanha e, muitos, deixam de contemplar as variedades dos países vizinhos do Brasil. Publicações brasileiras tampouco parecem preocupar-se com as variedades americanas.

Apenas recentemente observa-se, por exemplo, a presença do pronome de tratamento *vos* nos materiais didáticos destinados aos alunos brasileiros. Pesquisa realizada por Silva e Silva (2007), que teve como objetivo observar a abordagem do pronome em materiais didáticos utilizados no Brasil, indicou que 52,3% não fazem menção ao pronome; e entre os que o citam, poucos lhe conferem tratamento igual ao da variante *tú*, da variedade peninsular. Na maioria dos casos, o *voseo* é tratado como um regionalismo ou, meramente, como curiosidade. As OCN (2006) reprovam essa forma de abordagem, citando Ventura (2005):

[...] es importante resaltar que el contacto que los alumnos tengan con las variedades del español no se puede establecer sólo por medio de simples curiosidades léxicas, como si las diferencias se redujeran a unas tantas palabras que se usan en un lugar y en otro no. Es necesario que las variedades aparezcan contextualizadas y por medio de un hablante real o posible que muestre dicha variedad en funcionamiento. El profesor no puede sólo hablar sobre las variedades y ser la única voz que las representa, es importante que transmita la palabra a otros hablantes que mostrarán cómo funciona realmente cada variedad. (VENTURA, 2005: 119-120). (BRASIL, 2006, p. 137, grifos do autor)

O documento preconiza, portanto, que não haja uma simplificação ou tratamento superficial na abordagem das variedades da língua em sala de aula, fazendo com que o aluno compreenda a heterogeneidade - que é fator constitutivo de todas as línguas - sem valorizações pejorativas ou hierarquizações.

Enquanto as OCN (2006) trazem seção específica para tratar da variedade linguística do espanhol, as DCE (2006) não se detêm sobre a questão. O documento estadual é enfático ao preconizar o trabalho com a variedade de gêneros textuais, mas sobre a variação linguística menciona apenas os níveis de formalidade e informalidade:

Nesta proposta, para cada texto escolhido verbal e/ou não-verbal, o professor poderá trabalhar levando em conta os itens abaixo sugeridos:

- a) Gênero: explorar o gênero escolhido e suas diferentes aplicabilidades. Cada atividade da sociedade se utiliza de um determinado gênero;
- b) Aspecto Cultural/Interdiscurso: influência de outras culturas percebidas no texto, o contexto, quem escreveu, para quem, com que objetivo e quais outras leituras poderão ser feitas a partir do texto apresentado;
- c) **Variedade Linguística: formal ou informal;** [...] (SEED, 2006, p.67, grifos meus)

Entende-se que o trabalho com gêneros textuais variados é interessante, entretanto não é garantia de que a diversidade linguística seja contemplada, em termos de variação diatópica – uma vez que esse parece ser o ponto de maior discussão quanto ao ensino de espanhol.

Percebe-se, portanto, que não há uma continuidade nas orientações sobre a variação linguística no ensino do espanhol no que diz respeito às esferas nacional e estadual, o que denuncia carência de políticas e planejamento linguístico.

Considerações

A breve reflexão aqui empreendida permite observar a complexidade que gira em torno do ensino de espanhol no Brasil. Que variedade ensinar? Que material usar? Como desmitificar a idealização sobre uma variedade? Os documentos oficiais possuem um posicionamento unísono sobre o tema?



É preciso que as estâncias governamentais possuam o mesmo discurso sobre questões delicadas, como o caso das variedades. Viu-se que o documento em âmbito nacional trata do tema, mesmo que de forma superficial, ao passo que o documento estadual reduz a questão à noções de formalidade e informalidade.

Por outro lado, a preferência de alunos e professores pela variedade peninsular, como afirma Alckmin (2010), pode desvelar, mesmo que de forma inconsciente, o imaginário acerca da hierarquia dos grupos sociais. Culturalmente, as variedades da Espanha poderiam estar em posição de prestígio devido à tradição europeia secular? Poderiam ser as preferidas por serem faladas no Velho Continente? As variedades latino-americanas seriam relegadas devido a seu histórico de colonização e por figurarem em países subdesenvolvidos? É necessária uma ampla discussão nas escolas sobre estas questões.

Referências

- ALCKMIN, Tânia Maria. Sociolinguística. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Ana. **Introdução à Linguística**. São Paulo: Cortez, 2010.
- ANTUNES, Irandé. **Aula de Português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola, 2003.
- BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola, 2007.
- BRASIL. **Orientações Curriculares Nacionais**. MEC: Brasil, 2006.
- IRALA, Valesca Brasil. **A opção da variedade de Espanhol por professores em serviço e pré-serviço**. Linguagem & ensino. v7. n° II, 2004.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Variação, mudança e norma. In: BAGNO, Marcos (Org.). **Linguística da norma**. São Paulo, Edições Loyola, 2004.
- MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. **Qué español enseñar**. Arco Libros: Madrid, 2007.
- SEED. **Diretrizes Curriculares Estaduais**. SEED: Curitiba, 2006.
- SILVA, Bruno Rafael Costa Venâncio; ALVES, Rosemary da Silva. El voseo en los libros didácticos de E/LE en Brasil. In: **Boletín de la Asociación Argentina de Docentes de Español**. N° 25 noviembre-diciembre, 2007.

Recebido Para Publicação em 30 de junho de 2017.

Aprovado Para Publicação em 30 de março de 2017.